



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ANGRA DOS REIS/RJ

PROCESSO SELETIVO PARA RECRUTAMENTO DE ESTAGIÁRIOS NA ÁREA DE DIREITO

1) Quais das seguintes condutas criminosas devem ser processadas e julgadas pela Justiça Federal:

I – Pedro realiza grande desmatamento em sua propriedade, situada no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina

II – Roberto, desconfiado de que sua mulher lhe traía com Vinícius, policial federal, o espera na saída de sua casa e efetua três disparos em direção ao policial, que morre na hora.

III – Márcia, gerente da loja Angra Calçados, determina a seus funcionários que não forneçam aos clientes as notas fiscais das mercadorias vendidas, de modo a se furta ao pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.

- (a) somente I
- (b) somente III
- (c) I e III
- (d) II e III

2) Nos termos do diploma processual penal vigente, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado:

(a) o processo fica suspenso pelo prazo de 1 ano aguardando o comparecimento do acusado, e, após o decurso de tal prazo, o feito prosseguirá sem a participação pessoal do réu, que será representado por defensor nomeado pelo juízo.

(b) o réu é declarado revel e o processo prossegue de imediato, nomeando-se defensor dativo para a defesa técnica do acusado.

(c) fica suspenso o processo até o comparecimento do acusado, mas o prazo prescricional permanece em curso.

(d) fica suspenso o processo, e também o prazo prescricional.

3) No que diz respeito à valoração das provas, o nosso ordenamento processual adota como regra geral o sistema:

- (a) da prova legal ou tarifada
- (b) da persuasão racional
- (c) da íntima convicção
- (d) nenhuma das anteriores

4) O inquérito policial não poderá ser arquivado se:

- (a) o fato for atípico.
- (b) houver coisa julgada.
- (c) extinta a punibilidade do agente.
- (d) existirem provas da materialidade do fato típico penal, e apenas provas razoáveis acerca da autoria.

5) A conduta de indivíduo que, embora não seja estudante, falsifica carteira de aluno da UERJ para obter desconto em espetáculo cultural ou esportivo representa:

- (a) falsidade de documento público (297 CP)
- (b) falsidade de documento particular (298 CP)
- (c) falsidade ideológica (299 CP)
- (d) nenhuma das anteriores

6) A ação penal pública pode ser:

- a) promovida pelo Ministério Público.
- b) promovida somente pelo ofendido ou por seu representante legal.
- c) promovida pela Defensoria Pública.
- d) instaurada de ofício pelo juiz.

7) A “exigibilidade de conduta diversa”, no Direito Penal Brasileiro, é:

- (a) causa extintiva de punibilidade.
- (b) elemento da culpabilidade.
- (c) atenuante genérica.
- (d) componente da antijuridicidade.

8) No caso de prática de crime de violação de domicílio como meio para a prática de furto, resolve-se o conflito aparente de normas com a aplicação do princípio da:

- (a) especialidade;
- (b) subsidiariedade;
- (c) consunção;
- (d) nenhuma das alternativas acima está correta.

9) Analise a seguinte hipótese: Tício, policial rodoviário federal, solicita a Caio, motorista, a quantia de R\$ 100,00 para que não seja apreendido o veículo de Caio, que se encontra com a documentação irregular. Qual o crime cometido por Tício

- (a) corrupção passiva.
- (b) concussão.
- (c) corrupção ativa.
- (d) receptação.

10) Com relação à aplicação da lei penal, é INCORRETO afirmar:

- (a) a *abolitio criminis* faz desaparecer todos os efeitos penais, inclusive quanto àqueles relativos aos fatos definitivamente julgados.
- (b) a *novatio legis* incriminadora aplica-se apenas a fatos posteriores à sua vigência.
- (c) a lei excepcional, embora cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- (d) não há exceções à irretroatividade da lei penal no direito brasileiro.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ANGRA DOS REIS/RJ**

11) Quanto às noções introdutórias de Direito Civil, marque a assertiva CORRETA:

- (a) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito;
- (b) Com exceção dos códigos, em regra a lei começa a vigorar em todo o país 90 dias depois de oficialmente publicada;
- (c) A lei anterior somente perderá seus efeitos se for expressamente revogada no texto de uma nova lei;
- (d) todas as alternativas são incorretas

12) Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que:

- (a) há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras;
- (b) há identidade quanto às partes, pedido e causa de pedir;
- (c) há identidade do pedido e causa de pedir;
- (d) nenhuma das alternativas anteriores.

13. No que diz respeito à Ação Civil Pública, é INCORRETO afirmar que:

- (a) O Ministério Público, se não participar do processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- (b) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- (c) No curso da ação civil pública é possível a celebração de acordo entre o Ministério Público e os demandados, encerrando-se o litígio através de um acordo, que terá força de título executivo, quando homologado pelo Juízo.
- (d) A ação civil pública visa apenas a proteção do meio ambiente, sendo que os demais interesses e direitos difusos e coletivos são protegidos por meio da ação popular e por meio de ações ordinárias, propostas por particulares que tenham interesse direto na causa.

14. São da competência da Justiça Federal de primeira instância:

- (a) todas as ações de usucapião, independente de envolver terras da União;
- (b) ações movidas em face de autarquias federais, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- (c) ações civis contra a Caixa Econômica Federal;
- (d) nenhuma das alternativas anteriores.

15. Acerca dos prazos processuais é CORRETO afirmar:

- (a) podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar quaisquer prazos processuais;
- (b) se computa em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- (c) se o vencimento de prazo ocorrer em dia em que não houver expediente forense, este deve ser cumprido no dia útil anterior.
- (d) os prazos processuais são irrenunciáveis.

16 – Assinale a alternativa INCORRETA, quanto às ações constitucionais:

- (a) o habeas corpus pode ser utilizado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer ameaça ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

- (b) o habeas data é cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- (c) o mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo ameaçado por ato ilegal praticado por particulares, quando não for cabível "habeas-corpus" ou "habeas-data";
- (d) o mandado de injunção é cabível sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

17. São servidores públicos efetivos:

I – os notários e oficiais de registro.

II – os membros de mesa receptora de votos no dia da eleição.

III – os advogados contratados para a defesa do Município em processo específico

Estão CORRETAS as afirmativas:

- (a) I
- (b) I e II
- (c) III e II
- (d) nenhuma das alternativas está correta

18. As sanções por ato de improbidade administrativa:

- (a) são imprescritíveis, quando o ato gerar enriquecimento ilícito do agente.
- (b) quando tratar-se de ato cometido por prefeito, prescreve em 5 anos, contados do término do mandato
- (c) em quinze anos, contados da prática do ato.
- (d) são sempre imprescritíveis

19. Assinale a alternativa CORRETA, quanto às licenças ambientais:

- (a) para a construção e funcionamento regular de um restaurante na beira da praia, é necessária apenas a) obtenção de alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura
- (b) a obtenção da licença de instalação autoriza ao empreendedor o funcionamento completo de seu empreendimento
- (c) é possível a realização de quaisquer construções no interior de unidade conservação, sem a necessidade de obtenção de licença ambiental, desde que esteja comprovada a propriedade da área;
- (d) todas as alternativas estão incorretas.

20. Os termos de ajustamento de conduta, em matéria ambiental:

- (a) dependem de homologação judicial para produzir efeitos;
- (b) são sempre celebrados no âmbito de uma ação civil pública, visando pôr fim à demanda;
- (c) podem ser celebrados pelo Ministério Público ou pelo órgão ambiental competente com o empreendedor;
- (d) nenhuma das alternativas anteriores está correta



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ANGRA DOS REIS/RJ**

DISSERTAÇÃO – Elabore dissertação sobre um dos temas abaixo. São critérios de avaliação da dissertação, além do conhecimento jurídico, o correto uso da língua portuguesa, a capacidade de argumentação e raciocínio. **ESCOLHA APENAS UM DOS TEMAS.**

- 1) Prisão cautelar. Pressupostos. Características. Prisão em flagrante, temporária e preventiva. Diferenças e requisitos. Princípio da presunção da inocência.
- 2) Princípios do Direito Penal. Princípios da Legalidade, Insignificância e Irretroatividade da Lei Penal.
- 3) Controle de Constitucionalidade. Modelos clássicos. Controle Difuso e Concentrado. Meios de controle previstos no Brasil.
- 4) Atuação do Ministério Público na defesa do meio ambiente.